JORNAL DO SINDISPREV RS
FENASPS
CSP Conlutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR
SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS DA SAÚDE, TRABALHO E PREVIDÊNCIA NO RS
Abril/2017
www.sindisprevrs.org.br

Vamos barrar as reformas da Previdência e Trabalhista

A CSP-CONLUTAS e as demais centrais sindicais (CUT, CTB, etc.) acordaram a convocação de Greve Geral para o dia 28 de abril. A paralisação do conjunto da classe trabalhadora é necessária, urgente e imprescindível para barrar a proposta de reforma da Previdência, em tramitação no Congresso Nacional, e a reforma Trabalhista, que começou com a aprovação, na Câmara de Deputados, do Projeto de Lei (PL) 4.302/1998, de autoria do governo Fernando Henrique Cardoso, há 19 anos. Este PL, sancionado por Temer, prevê a terceirização irrestrita em empresas privadas e no serviço público, com exceção das carreiras típicas de Estado.

A gravidade dessas reformas é imensa, retirando direitos fundamentais conquistados pela sociedade brasileira na Constituição de 1988 e avançando na destruição dos serviços públicos.

As reformas são apresentadas como única alternativa para sair da crise. É mentira. As reformas têm como único objetivo propiciar a continuidade do pagamento da dívida pública com os recursos da Previdência Social e abrir oportunidades de negócios para os grandes investidores, alavancando seus lucros.

A reforma da Previdência Social:

- Consolida e amplia a sistemática adotada com a Desvinculação de Receitas da União – DRU. Aliás, a DRU, aprovada até 2023, retirou 30% dos recursos destinados à Previdência, Assistência e Saúde, num valor estimado em R$ 120 bilhões, o que comprova que não há déficit, pois o governo vai alocar esses recursos em outras atividades;
- Se constitui em confisco sobre a classe trabalhadora que, obrigada a contribuir, perde a perspectiva de obter o retorno dessas contribuições para si e seus familiares, como mostramos na nota publicada pelo SINDISPREV-RS no Correio do Povo, página 3, de 15 de março (leia o texto em *http://sindisprevrs.org.br/noticias/detalhe/id/2552-reforma-da-previdencia-nao-e-reforma-e-confisco*). Com isso, a previdência complementar, ligada aos grandes bancos e fundos de investimento, se torna atrativa da mesma forma que na situação do SUS tornou atrativos os planos de saúde complementar.

Já a reforma Trabalhista visa exclusivamente baixar o custo do trabalho no Brasil, de forma a aumentar a possibilidade de lucros e atrair investimentos que, hoje, tem como destino o sudeste asiático. Ao invés de buscar tornar o país competitivo, apostando na educação e no desenvolvimento do nosso mercado interno, o governo quer precarizar o trabalho, destruindo a CLT. A terceirização foi o primeiro passo de um caminho que prevê o aumento da jornada de trabalho, fim de férias, 13°, etc. O governo e os patrões querem que o acordado entre os trabalhadores e patrões tenha mais valor do que a lei, como se o trabalhador, dependente do emprego, estivesse em igualdade com o empregador, num país com 12 milhões de desempregados e imensos contingentes totalmente excluídos do mercado de trabalho.

A única alternativa que temos é parar o Brasil dia 28 de abril, exigindo a retirada dessas reformas e a revogação da Lei que regulamentou a terceirização total.

Precisamos barrar essas propostas do governo Temer, propostas que são sustentadas pelos grandes empresários e que, com outra dimensão, também encontraram trânsito no governo Dilma. Vamos parar o Brasil, derrotar Temer e construir uma alternativa dos que vivem do seu próprio trabalho para superar a crise.

Chega! Dia 28, pare!

CAMPANHA SALARIAL 2017 na contracapa desta edição!

Fac-símile nota paga, publicada no jornal Correio do Povo em 15 de março/2017 - Dia Nacional de Lutas com paralisação

CORREIO DO POVO QUARTA-FEIRA, 15 de março de 2017 | 3

Apedido

CSP Conlutas CENTRAL SINDICAL E POPULAR

SINDISPREV RS FENASPS

SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS DA SAÚDE, TRABALHO E PREVIDÊNCIA NO RS

CP Mobil

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: NÃO É REFORMA, É CONFISCO!

O SINDISPREV-RS, entidade representativa dos trabalhadores do INSS, Saúde, ANVISA, Trabalho e Assistência Social em conjunto com a sociedade brasileira, neste momento de grave crise econômica, social e política, expressa total repulsa à chamada reforma da previdência social, encaminhada pelo Presidente Michel Temer ao Congresso Nacional pela PEC 287/16. A proposta em questão não se refere a uma reforma e sim, trata-se, exclusivamente, de uma proposta de confisco salarial sobre os trabalhadores brasileiros.

Alegando a insustentabilidade do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e dos regimes próprios, pela existência de um suposto déficit, inúmeras vezes desmentido por especialistas independentes, o governo federal visa unicamente tornar a previdência social pública inacessível aos trabalhadores. Não é admissível que se apresente a exigência para a aposentadoria de 65 anos de idade, para homens e mulheres, com 49 anos de contribuição ininterrupta, para usufruir integralmente da contrapartida das contribuições.

Repleto de técnicos, assessorias, especialistas e políticos experimentados, dificilmente o governo federal apresentaria essa proposta se não estivesse comprometido com os interesses da previdência complementar, estruturada em torno dos interesses do capital financeiro, gerido pelos grandes bancos e fundos de pensão nacionais e estrangeiros.

É evidente que, prevalecendo a PEC 287/16, o RGPS se tornará desinteressante e tenderá a receber a contribuição mínima obrigatória por parte dos trabalhadores; as categorias profissionais que ainda reúnam força política frente à onda autoritária que se instala no país demandarão nas campanhas salariais e nos dissídios, cláusulas de financiamento de planos de previdência complementar ou, de outra forma, também os profissionais liberais, autônomos e setores com condições financeiras desidratarão o RGPS centrando seus esforços e demandas em outras alternativas. Faz-se com a Previdência Social, esse patrimônio construído pela classe trabalhadora, a mesma operação de desestruturação consciente realizada com o SUS em benefício dos planos de saúde complementar, por sinal, objeto de crescente descrédito e demandas judiciais por parte dos seus usuários.

Não bastasse esse quadro de horror, chamamos atenção para o governo Temer: ao mesmo tempo em que, publicamente, assume o compromisso de não aumentar impostos com a PEC 287/16, estabelece as bases para um enorme confisco sobre a classe trabalhadora ao recolher obrigatoriamente a contribuição integral de todos os trabalhadores e só se comprometer com o pagamento da aposentadoria integral para uma parcela ínfima dos contribuintes - aqueles que ingressarem no mercado de trabalho aos 16 anos e contribuírem ininterruptamente por quase 50 anos. Mais do que isso, o governo Temer pretende se apropriar compulsoriamente das contribuições dos cônjuges impedindo o acúmulo de benefícios previdenciários. Na realidade, o compromisso do governo é de não aumentar impostos sobre os mais ricos, os poderosos que financiam e tutelam os políticos, degradam o sistema e prejudicam a vida de quem efetivamente trabalha e vive do seu trabalho no país.

A proposta ainda exclui os militares dessas medidas, mas sob a capa de tratamento igualitário ataca os direitos dos servidores públicos, setor que não defende privilégios, já que também é vítima do tráfico de influência dos altos escalões que se locupletam com auxílios dos mais variados, conformando supersalários eticamente insustentáveis. Os servidores públicos reivindicam, desde sempre, a extensão dos seus direitos previdenciários e trabalhistas, conquistados com duras lutas, ao conjunto da classe trabalhadora, bem ao contrário do que propõe o governo.

A racionalidade dos governos capitalistas, que orienta o país em uma marcha forçada para viabilizar o pagamento dos juros da usura da dívida pública; a falta de coragem de enfrentar decididamente os gargalos que sufocam o desenvolvimento do país, como a questão da dependência tecnológica e da reforma agrária, da qualidade do ensino, do desmonte da saúde pública, bem como a imensa desigualdade social, persiste na história do país trazendo consequências desastrosas, em especial, para as classes menos privilegiadas. Sacrifícios devem ser feitos sempre que corresponderem às necessidades de quem, com seu trabalho, constrói o país; o que não é o caso do conjunto de medidas que vem sendo apresentado pelo atual governo.

Chamamos o conjunto da sociedade brasileira a rejeitar na sua totalidade a PEC 287/16. Exigimos dos partidos políticos e organizações da sociedade civil posicionamentos firmes nesta questão, promovendo a construção da greve geral e de alternativas que correspondam às reais necessidades da classe trabalhadora e dos setores mais fragilizados da sociedade. Aqueles que estão comprometidos com a construção de uma sociedade onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres estão chamados a resistir e construir essa alternativa; os trabalhadores do INSS, da Saúde, ANVISA, Trabalho e Assistência Social ocuparão o seu lugar nessa luta.

LUTAR, LUTAR, LUTAR, RESISTIR E CONSTRUIR.

Diretoria Colegiada / Gestão Resistir e Construir
Triênio 2016/2019

INSS Digital em debate

O SINDISPREV-RS, através do diretor Régis Boeck, fez parte da equipe da FENASPS que visitou o piloto do INSS DIGITAL, em Mossoró/RN. O tema é fundamental, já que implica na reestruturação dos processos de trabalho do órgão e, como não podia deixar de ser, divide opiniões. Por um lado, os colegas veem no INSS Digital o caminho natural que trás para o Instituto práticas de ponta na organização do trabalho, aumentando a produtividade e, portanto, atenuando a escassez de pessoal, que se agrava aceleradamente, ao mesmo tempo em que se abririam oportunidades como a adoção do home-office (teletrabalho).

Já outros, sem ignorar a inevitabilidade das inovações tecnológicas, estão apreensivos, já que em tempos de reforma trabalhista permitindo a terceirização no serviço público, o INSS Digital se alinharia com a tendência da CNPJotização do nosso trabalho, destruindo na prática a carreira do Seguro Social. Numa posição intermediária estão as preocupações com a regulamentação da nova sistemática, seja nos novos procedimentos realizados nas unidades (digitalização da documentação e sua autenticação), seja no eventual trabalho em casa. Afinal, como seriam enquadrados os casos de acidente de trabalho, licenças, auxilio-creche, vale-alimentação, entre outros?

Aos que dizem haver órgãos do serviço público em que tal pratica já ocorre, e que portanto bastaria ao INSS copiar a legislação adotada, informamos que nem o presidente do INSS, Leonardo Gadelha, nem o Diretor de Gestão de Pessoas, Thiago Andrigo Vesely, tiveram condições de informar a sistemática a ser adotada.

De qualquer forma, embora o piloto de Mossoró esteja em vias de ser reproduzido em todo país enquanto piloto, o Presidente Leonardo Gadelha disse à FENASPS que, apesar de ser um projeto central para o INSS, não tem previsão de datas para a sua implementação no conjunto das unidades, e que o teletrabalho, se adotado, não será imposto a nenhum servidor.

O SINDISPREV-RS está empenhado em acompanhar, em sintonia fina, esse processo, e preparar a categoria para defender seus direitos e a carreira do Seguro Social. Portanto, organizará em breve um seminário discutindo a organização do INSS Digital, inclusive à luz de experiências internacionais, e a carreira do Seguro Social nesse contexto. É preciso atenção e mobilização de todos.

Relatório FENASPS sobre o projeto piloto INSS DIGITAL

Representando a FENASPS, os servidores Rita de Cássia Assis (São Paulo/SP), Paulo Henrique Fabretto (São José do Rio Preto/SP), Régis Boeck (Porto Alegre/RS) e Pedro Horta Carnier (Taboão da Serra/SP) acompanharam, entre os dias 22 e 23 de março, o fluxo de implantação do projeto piloto do INSS Digital, em Mossoró/RN.

Em um primeiro momento, os representantes acompanharam uma apresentação, na Gerência Executiva, que expunha, pela ótica do Instituto, as etapas e os objetivos do projeto.

Vista a parte teórica, os servidores foram à APS para verificar *in loco* o fluxo de trabalho e ter contato com seus colegas, a fim de coletar informações sobre a parte prática do projeto, ressaltando o ponto de vista do servidor, como o projeto estava sendo implantado, seus prós e contras, etc.

Observou-se, através de conversas e relatos de quem está utilizando o Sistema, um entusiasmo inicial com o projeto, pelo fato de abrir a possibilidade de o processo ser analisado sem a presença do segurado, diminuição do volume de processos físicos na mesa, etc. No entanto, problemas e dificuldades começaram a surgir dentro do fluxo de trabalho. Dentre eles, ressaltamos:

- **Recepção de documentos feita por estagiários** – Apesar do empenho no exercício da atividade, os mesmos não detêm conhecimento técnico da estrutura dos processos, não atentando à sequência cronológica e deixando ausentes documentos fundamentais para análise e conclusão do processo, gerando futuras exigências e retrabalho.

- **Autenticação de documentos feita pelos servidores** – Depois da digitalização, o segurado tem sua senha redirecionada e aguarda a autenticação dos documentos digitalizados. Esse procedimento aumenta o tempo de espera na APS, além de comprometer a continuidade do atendimento e comprometer uma parte do tempo do servidor que autentica os documentos apresentados.

- **Problemas no Sistema (GET)** – O sistema que administra o fluxo de processos e vincula sua análise à matrícula do servidor apresentou vários problemas – entre eles instabilidade, dificuldade para organizar os arquivos na montagem do processo, ausência de recursos para identificar cópias simples de autenticadas, aumento no tempo de análise, motivado pelo congestionamento de programas no mesmo monitor – gerando queda de produtividade e desmotivação do servidor.

- **Fadiga visual** – O excesso de sistemas e o aumento de exposição ao monitor, causado pela necessidade de alternar telas e sistemas para analisar um processo, ocasionou cansaço por parte dos servidores na visualização do processo.

- **Distribuição não atende aos critérios de complexidade** – O número de processos é distribuído igualmente, sem levar em consideração a complexidade da análise e a espécie do benefício. Ou seja, um Salário-Maternidade e uma Aposentadoria por Tempo de Contribuição têm o mesmo peso na contagem do sistema. Além disso, a distribuição é atribuição da chefia, o que pode gerar desequilíbrios. O Instituto se comprometeu a fazer uma distribuição randômica, mas isso ainda não se observa na prática.

- **Individualização da demanda** – O ponto mais grave relatado pelos servidores é a característica individual da demanda do projeto. Os processos digitalizados são vinculados a uma matrícula, gerando sensação de sobrecarga. Mantida a lógica vigente, de produtividade vinculada ao salário, cabe ressaltar que o estoque de processos está diretamente atrelado aos vencimentos do servidor. Foi colocada a proposta de coletivizar a demanda, vinculando o estoque de processos à APS, e não ao servidor.

De modo geral, observou-se que o projeto apresenta problemas e, ao mesmo tempo que é apresentado como "a solução de todos os problemas", convida o servidor a acompanhar, com uma postura crítica, todos os aspectos da sua implementação.

Esse sistema não resolve o grave problema de falta de servidores, pauta histórica dos movimentos e reivindicações da categoria, na medida em que apenas aumenta o represamento de processos, transformando a fila de agendamentos em "estoque virtual", sem aumentar a força de trabalho para concluí-los.

A experiência dos servidores com a proposta de substituir sua carga horária por um volume de produção não foi positiva. Para atingir o número de processos proposto pelo instituto, os servidores tiveram que trabalhar além da sua jornada, ainda assim não obtendo êxito no cumprimento da meta proposta. O resultado foi a opção por manter o registro no SISREF.

Observamos a necessidade de a categoria participar do debate. A FENASPS organizará um seminário para tratar do tema e a participação ativa dos servidores em todos os espaços é fundamental.

Jorge Patrício, Régis Boeck e Sandra Natividade, diretores do Sindisprev/RS.

Nota à categoria: Comissão Nacional de Assistentes Sociais da FENASPS

Diante de uma conjuntura que, nos últimos anos, mas principalmente neste momento, vem se aprofundando com o desmonte dos direitos sociais e ataques à classe trabalhadora, principalmente a partir da PEC 241 e, tendo em vista os últimos acontecimentos relacionados ao Serviço Social e a Reabilitação Profissional na Previdência, a Comissão Nacional de Assistentes Sociais da FENASPS reuniu-se, em caráter emergencial, no dia 09/10/2016, em Brasília, para traçar estratégias de enfrentamento ao desafiante contexto atual.

É sabido que vivemos tempos difíceis dentro do INSS, onde impera a supremacia político-ideológica de setores da perícia médica que, em nome de interesses corporativos, estabelecem todo tipo de negociatas junto ao atual governo. Comandando a DIRSAT, e ao preço de se tornarem carreira de Estado, tal como já acontece com a procuradoria hoje, as falsas lideranças da Associação Nacional dos Médicos Peritos (ANMP) vendem os direitos da classe trabalhadora e buscam, a todo o custo, promover o desmonte do Serviço Social e da Reabilitação Profissional do INSS.

Privatizar a Reabilitação, esvaziar o Serviço Social e encaminhar esta força de trabalho, que hoje atua nestes serviços, para atividades que não compõem o rol de atribuições destes trabalhadores, fazem parte do acordão que envolve a ANMP e o governo. A ideia é privatizar a previdência social e suprir a falta destes servidores e, diante da aposentadoria em massa prevista para os próximos anos na instituição, com as terceirizações e a extinção ou repasse destes serviços previdenciários para a iniciativa privada (CNI, FIESP etc.). Tal proposta acompanha, inclusive, a mesma lógica que estrutura a PEC 241.

NENHUM DIREITO A MENOS! SÓ A LUTA MUDA A VIDA!

Perante o cenário que se desenha, em que a realidade nos cobra respostas imediatas, a Comissão Nacional conclama a categoria para a luta e propõe:

- Articular em todas as gerências executivas ações de socialização de informações com a população, denunciando o desmonte da seguridade social, em especial, a reforma da previdência, a forma equivocada de revisão dos BILDs e o esvaziamento do Serviço Social e Reabilitação Profissional;

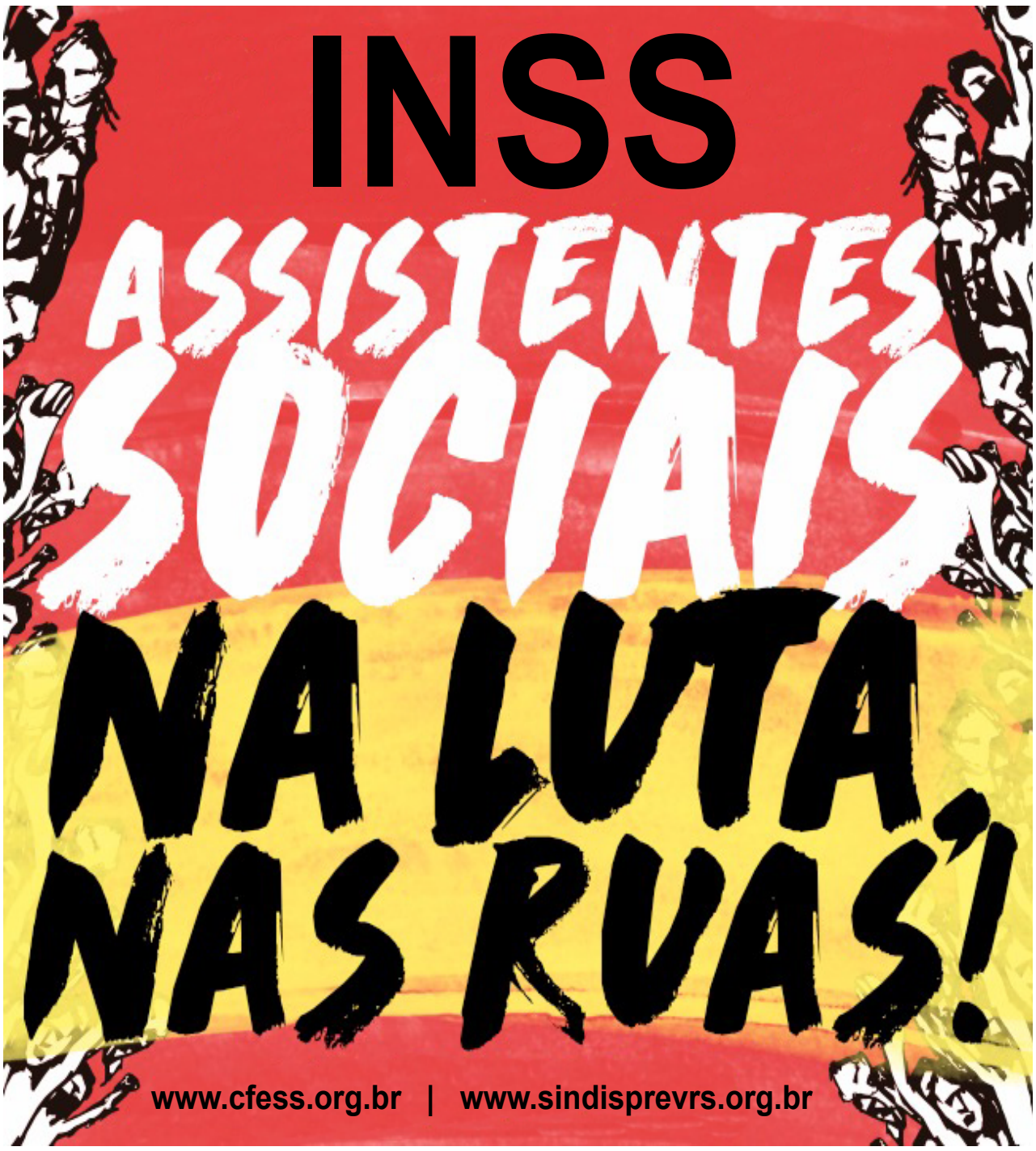
- Retomar o contato com os movimentos sociais e demais organizações da classe trabalhadora para pensar estratégias coletivas de resistência e luta, propondo a radicalização e ações coordenadas de ocupação das agências, superintendências e direção central do INSS, mobilizando para a greve geral;

- Denunciar em todos os espaços de organização e instâncias de luta, o estabelecimento do “ato médico” dentro do INSS, comandado pela ANMP;

- Buscar os conselhos de direitos, de âmbito municipal e estadual, para expor as ameaças postas à previdência social, ao modelo social da avaliação da pessoa com deficiência, o aumento da idade para concessão benefícios para idosos e a redução no valor do BPC, solicitando o apoio e a manifestação pública destes espaços e a construção coletiva da resistência a tais retrocessos;

- Articulação junto ao conjunto CFESS/CRESS e aos sindicatos, para criar GTs de Previdência dentro das comissões de seguridade social dos conselhos e debater as especificidades do Serviço Social e da Reabilitação Profissional nas entidades sindicais;

- Intensificar a participação nos espaços de luta coletiva, especialmente por meio da filiação e militância junto aos sindicatos. Entendemos que uma categoria que não consegue se reconhecer enquanto parte integrante do conjunto da classe trabalhadora e lutar por seus direitos, tampouco conseguirá fazê-lo pela população usuária que atende cotidianamente;



- Fortalecer a organização estadual, que foi retomada com a preparação do I Encontro Nacional de Assistentes Sociais, realizado entre os dias 09 e 10 de julho de 2016, em Brasília, trazendo as/os colegas que atuam na reabilitação profissional para o debate em torno do desmonte dos serviços previdenciários;

- Fortalecer a paralisação do dia 25 de outubro e engendrar esforços para a construção da greve geral. A única alternativa para barrar o desmonte é a unificação, fortalecimento e luta da classe trabalhadora!

Extermínio do direito à saúde

O ajuste fiscal, a dívida pública e a saúde brasileira

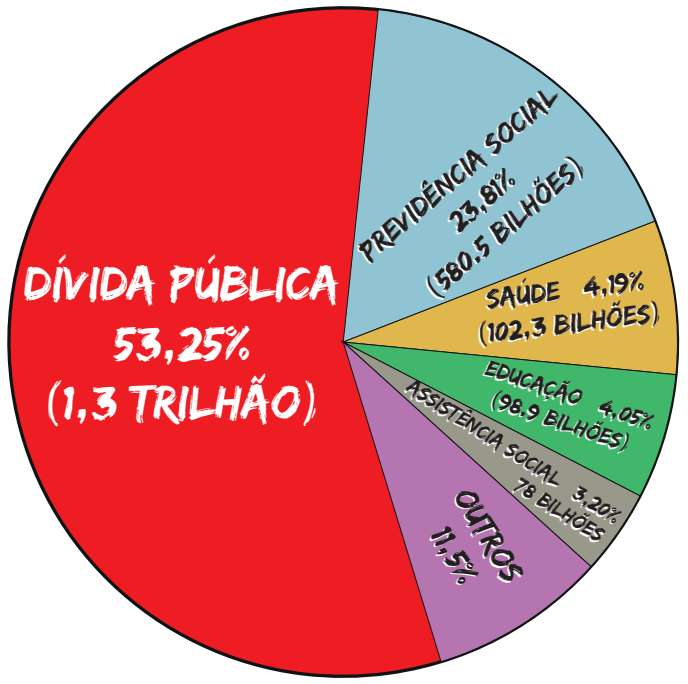
Enquanto o governo privatiza e terceiriza para o capital as obrigações do estado desmontando o SUS, desvia bilhões para o pagamento da dívida pública. Já nos governos anteriores foi priorizado garantir os lucros dos capitalistas. Nunca deixaram de destinar uma ampla parte do orçamento público ao superávit primário, isto é, ao pagamento dos juros da dívida. A dívida pública nada mais é que uma imensa transferência de dinheiro público para os capitalistas, que consome 47,5% do total dos gastos totais do governo. Com Educação, em 2015, foram gastos 3,6%. Saúde, 3,5%. Enquanto isso, as transferências para estados e municípios somaram 8,5%, diferenças absurdas.

Mas enquanto os banqueiros acumulam bilhões com a dívida pública, estados quebram e deixam de pagar profissionais da Saúde. Hospitais e laboratórios não compram medicamentos, privatizam leitos, etc.

É o caso do que ocorre em nosso estado, no Hospital Presidente Vargas. Superlotação e déficit de profissionais causando dificuldades do trabalho diário, onde a enfermagem, além da assistência, realiza atividades que não são de sua competência técnica e legal. Faltam materiais básicos como roupas de cama e outros. O fechamento de serviços para as consultas nas áreas das especialidade, lavanderia com máquinas estragadas, dos dois elevadores no ambulatório apenas um funcionando para atender demanda de oito andares. Os Pronto Atendimentos, como Pronto Socorro Municipal, Pronto-atendimento Vila dos Comerciários, Lomba do Pinheiro e Bom Jesus seguem lotados, se agravando com a chegada do inverno com temperaturas mais baixas e a proliferação de gripes. Como se isso não bastasse, o governo anuncia o corte de R$ 42 bilhões no orçamento para as áreas sociais, retirando verbas dos serviços públicos para salvar os hospitais filantrópicos, os empresários e laboratórios privados.

A transferência de dinheiro das áreas sociais para o pagamento da dívida pública, que nem sabemos que dívida é, extermina não apenas o direito à saúde, mas o sentido da Seguridade Social. O “plano empresarial” abandona os trabalhadores justamente quando dele mais necessitam: na velhice.

Como demonstramos aqui, a dívida pública é um roubo contra os trabalhadores para favorecer os banqueiros e capitalistas. Assim, nada mais justo que não pagá-la. Se as dívidas públicas federal e estaduais não forem pagas, haverá dinheiro suficiente não apenas para manter a Saúde e Educação, mas para melhorá-las. Por isso os economistas e políticos que atuam em nome de seus interesses próprios tratam de defendê-la, bem como a Lei de Responsabilidade Fiscal, alegando que não pagá-la levaria ao caos e à quebra da economia. Contra isso respondemos que a economia já está de fato quebrada, para os trabalhadores e o povo.



FONTE: www.fazenda.gov.br

Portanto, é urgente que se convoque uma verdadeira mobilização e nos organizemos para a GREVE GERAL contra a PEC 241/55, contra as reformas da Previdência e Trabalhista, contra os ataques ÀS CONQUISTAS E DIREITOS DOS TRABALHADORES! Que se lute contra o sucateamento do serviço público; é preciso se opor à entrega do serviço para a iniciativa privada, trazendo uma saída de fundo para o problema, que envolva uma resposta às crises econômica e política que assolam o país.

EXIGIMOS SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE E UNIVERSAL!
CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E TRABALHISTA!

PELO NÃO PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA - AUDITORIA JÁ!

A SAÚDE É UM DIREITO NÃO SE COMPRA NEM SE VENDE!

VAMOS CONSTRUIR A GREVE GERAL CONTRA OS ATAQUES AOS TRABALHADORES!

GEAP: agora é GEAPSAÚDE e Fundação Viva

A força e os interesses do mercado, atuando às claras para a abertura da saúde ao capital, tem dado o tom à saúde suplementar, seja ela de autogestão ou privada.

A GEAP, plano de saúde da grande maioria dos servidores federais, que atende sob o convênio único do Ministério do Planejamento e Gestão, reajustou novamente os valores do plano, ampliando mais ainda a crise entre os servidores, já que por conta dos últimos reajustes, mais de 100 mil beneficiários deixaram o plano, sendo estes os de mais idade e menores salários.

A crise que a GEAP vive tem relação direta com a concepção dos governos, que fazem da saúde uma mercadoria e, por outra parte, da ingerência política dos governos de plantão.

Isso tem levado à mudança constante na direção e presidência do CONAD, à má gestão e sucessivas crises administrativas.

Participamos recentemente de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado, na Comissão de Seguridade Social, Direitos Humanos e Comissão do Idoso na Câmara Federal e no entanto nada até agora foi feito em relação às denúncias e reivindicações que apresentamos .

No Ministério do Planejamento e Gestão pedimos ao governo o aumento do percapita, já que hoje os trabalhadores correspondem com o pagamento de mais de 75% do valor. Os servidores, que estão deixando o plano de saúde por falta de condição de pagamento, uma vez que o plano nos últimos 3 anos reajustou mais de 300%, estão buscando o SUS, o que está criando outro grande problema social. Neste ano novamente a GEAP reajustou a mensalidade em 23%, enquanto o governo reajustou os salários em 5,37%.

PROCESSOS JUDICIAIS

A FENASPS e o SINDISPREV/RS entraram na justiça contra estes reajustes, por entendê-los abusivos. Temos duas ações nacionais.

1ª referente ao reajuste de 2016 - abusividade do reajuste promovido no percentual anunciado de 37,55%. Cálculos demonstraram que, considerando apenas a contribuição individual paga pelos servidores, os reajustes oscilaram em patamares bem mais expressivos. Ganhamos o deferimento de liminar, fixando o reajuste no patamar máximo de 20%.

Esta liminar concedida passou a produzir efeitos na folha de pagamento de novembro de 2016, mês de competência outubro, estando novamente vigente há pelo menos 5 meses. Contudo, no último dia 3 de março, o ministro Ricardo Lewandowski deferiu medida cautelar na Reclamação Constitucional nº 23.758, ajuizada pela GEAP, no sentido de cassar a liminar vigente, o que autoriza a referida instituição a voltar a cobrar o percentual de 37,55%. A questão da Reclamação Constitucional é a legitimidade da Federação para propor demandas judiciais, que sejam de interesses dos filiados e não dos sindicatos. A princípio, esta peça processual (embargos de declaração) não tem poder para suspender a ordem de cassação da liminar. Contudo, em alguns casos excepcionais, se admite tal possibilidade, de modo que requeremos a suspensão da decisão do Ministro até que a Reclamação Constitucional chegue ao seu final.

Por fim, informamos que já estamos diligenciando no sentido de ter uma audiência sobre o assunto junto ao Supremo Tribunal Federal. De todo modo, até que consigamos efetivamente uma posição sobre os embargos de declaração, está valendo a suspensão da liminar, que ainda não é definitiva, mas complica muito a discussão jurídica.

2ª - reajustes anunciados para 2017, pela GEAP, já foram ajuizados, estando em trâmite na 1ª Vara Federal de Brasília sob o nº 0010307-37.2017.4.01.3400, e estamos aguardando deferimento de liminar pelo juiz.

ELEIÇÕES GEAP

Houve nova eleição para os conselhos Deliberativo (CONAD) e Fiscal (COFINS) na GEAP. Desde o início do processo, a FENASPS, única entidade que tem feito a defesa da GEAP em todos os momentos e que tem procurado denunciar a ingerências dos governos, não foi informada do processo. Tomou conhecimento quando já estava instalada a comissão eleitoral indicada pelos mesmos que estão no CONAD e nada têm feito para permitir a permanência dos beneficiários no plano e contra os reajustes abusivos. O processo eletrônico foi feito de maneira que a grande maioria dos titulares do plano não conseguissem votar, o que não foi surpresa, já que na eleição anterior se sucedeu o mesmo.

A FENASPS indicou companheiros para compor uma chapa, sendo eles Vera Kollet e Jorge Moreira representantes do SINDISPREV/RS no CONAD e COFINS pela Chapa 2.

Vários servidores receberam em seu celular uma mensagem com uma senha, dizendo para votar na chapa 1, demonstrando claramente que o processo estava viciado e fraudado. A assessoria da FENASPS está fundamentando ação judicial para impugnar o processo, tendo em vista as fraudes que ocorreram.

Hoje, está novamente no CONAD as entidades que nunca foram à frente para salvar a GEAP. Umas porque estavam nela pelo governo anterior, outras porque estão nela pelo governo atual.

Precisamos denunciar a ingerência dos governos na GEAP, aumentar o percapta no valor, hoje de R$ 475,00, que é o valor médio de repasse das empresas para os planos de saúde, obrigar o governo a pagar o que deve e transformar a GEAP num plano sólido de saúde suplementar.

GEAPPREVIDÊNCIA – PECÚLIO FACULTATIVO – FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA

Com a cisão dos planos Geap Saúde e GeapPrevidência, foi montada uma estrutura administrativa que continuou sob intervenção da PREVIC, órgão fiscalizador dos planos de previdência complementar. Assim, desde a cisão em 2013, a FENASPS e o SINDISPREV-RS buscaram audiências

Manifestação do SINDISPREV-RS na GEAP Porto Alegre, dia 8 de março de 2017.

junto aos interventores, solicitando ao final da intervenção a liquidação do pecúlio e a distribuição dos valores entre os peculistas e seus beneficiários.

Cabe aqui dizer que somente a FENASPS defendeu essa pauta e, com outras duas entidades, acompanharam ativamente a intervenção que, não apresentando razões concretas para a sua realização se mostrava de cunho político, colocando em risco o patrimônio dos peculistas.

Com esses mesmos objetivos também foram feitas várias reuniões com a PREVIC.

O interventor verificou que havia uma grande confusão entre os servidores, entre os objetivos da GeapSaúde e o Pecúlio, e tomou a iniciativa de mudar o nome da GeapPrevidência para FUNDAÇÃO VIVA DE PREVIDÊNCIA, de forma a delimitar as duas instituições.

Finalmente, no início deste ano, a PREVIC informou que a intervenção estava no final, e que iria constituir um Conselho Provisório para organizar as eleições dos Conselhos Deliberativos e Fiscal, que terão estatutariamente a tarefa de nomear a diretoria da Fundação. Com isso, a PREVIC respondeu a pressão que fizemos pelo fim da intervenção e a realização de eleições sem irregularidades, transparentes e limpas, o que não acontecia na velha GEAP e voltou a se repetir no começo deste ano na GEAP-Saúde.

Como a FENASPS acompanhou todo o processo e apresentou reivindicações, se impôs a sua participação no processo de organização das eleições e contratação de diretoria, juntamente com a ANFIP e a ANAPEC (atual ANVIVA), indicando os diretores Ana Lago (RS) e Djalter (RN) para comporem o Conselho Provisório da Fundação Viva de Previdência.

A primeira tarefa do Conselho Provisório foi verificar as condições do Pecúlio, já que durante o processo de intervenção não havia certeza da veracidade do que nos era apresentado. É possível acessar o site da Fundação Viva de Previdência e verificar nos balancetes que o Pecúlio tem acumulado um montante de R$ 2,48 bilhões, aplicados 90% em Títulos Públicos pertencente a 53 mil servidores, a grande maioria em faixa etária acima de 61 anos.

Depois de muita luta, como não conseguimos a liquidação do pecúlio com divisão do montante entre os beneficiários, o interventor deixou como proposta oferecer a portabilidade para outro plano previdenciário interno, caso em que poderá haver saque de 25% do valor das contribuições efetivas acumuladas e receber pela estimativa de vida valores mensais. A migração só vai começar quando tiver pelo menos 1 instituidor; assim que houver instituidor formalizado, a Fundação colocará no site, na área de beneficiário, todas as informações necessárias para esclarecer dúvidas e fazer a simulação.

Seguimos fiscalizando e lutando pelos direitos de todos.

SINDISPREV-RS é contra o imposto sindical

Nas últimas semanas tem surgido noticias sobre a cobrança do imposto sindical para os servidores públicos.

Esse imposto sempre foi combatido pelos setores combativos do movimento sindical já que essa cobrança arbitraria de 1 dia de trabalho de cada trabalhador é o instrumento que mantém os sindicatos atrelados ao Estado e por esse caminho aos patrões. Diretorias de entidades que nada fazem na defesa dos interesses dos trabalhadores e que na maioria das vezes se constituem em meras representações cartoriais com o acesso ao imposto sindical mantem o financiamento das suas estruturas sem necessidade de mobilização e filiação.

Desde a sua fundação o SINDISPREV-RS se posicionou contra a cobrança do imposto e assim como a FENASPS tomou providências para que ele nunca fosse descontado o que não ocorreu nos ultimos 28 anos. A CSP-Conlutas, central sindical a que o sindicato é filiado também é contra o desconto desse imposto.

Assim, diante das iniciativas de entidades do funcionalismo que não nos representam, mas que querem meter a mão nesses recursos, estamos renovamos as inciativas legais necessárias para impedir qualquer desconto.

Se ele eventualmente vier a ocorrer se constituíra em medida arbitraria e alheia a vontade do sindicato e o percentual a que recebermos será devolvido integralmente.

Unidos Somos Mais Fortes
O Sindicato Somos Nós!

Sindisprev RS

Entenda-se que o dia de trabalho descontado para efeito do imposto sindical é dividido para diferentes destinos:

a) 60% para o sindicato respectivo;
b) 15% para a federação;
c) 5% para a confederação correspondente;
d) 20% para a Conta Especial Emprego e Salário (MTE);

Ou seja, no nosso caso de ocorrer o desconto o SINDISPREV-RS teria acesso a 60% e a FENASPS a mais 15%, totalizando 75%. os outros 25% seriam embolsados por entidades fantasmas e pelo governo.

Não concordamos com isso. Somos contra o imposto sindical, vamos buscar impedir o desconto e se ocorrer ele será devolvido. O nosso movimento, as nossas entidades devem ser finaciadas pela adesão consciente de cada trabalhador filiando-se e contribuindo espontaneamente.

Aqueles que não são sócios devem filiar-se e colaborar com a luta de todos.

Veja aqui a cartilha contra o imposto sindical da CSP-Conlutas:

http://sindisprevrs.org.br/noticias/detalhe/id/2551-campanha-nacional-contra-o-imposto-sindical

Com a GREVE GERAL construir a Campanha Salarial 2017

Veja o conjunto da pauta de reivindicações no site www.sindisprevrs.org.br
Envie sua opinião para campanhasalarial2017@sindisprevrs.org.br

No começo do ano os servidores federais, através do Forum Nacional dos Servidores Federais – FONASEFE, protocolou a pauta de reivindicações junto ao Ministério do Planejamento. Infelizmente, essa pauta é construída pelo consenso possível entre as entidades representativas dos diversos segmentos do funcionalismo, o que na prática é um empecilho para que os servidores federais tenham uma pauta realmente unificada e formulada a partir dos locais de trabalho.

Não é a tradição do nosso movimento, a partir do SINDISPREV-RS e da FENASPS.

A nossa pauta de reivindicações é discutida periodicamente e referendada nos nossos fóruns. O Congresso Estadual do Sindicato, realizado em outubro de 2016, debateu a pauta geral, e a Plenária Estatutária da FENASPS em dezembro compilou as contribuições dos estados.

Agora, no mês de abril, essa pauta será discutida nos locais de trabalho, de forma a determinar as reivindicações mais importantes e urgentes da categoria ao governo.

A diretoria do SINDISPREV-RS, Resistir e Construir - Triênio 2016-2019, na sua primeira reunião debateu uma sugestão de eixos para a nossa campanha salarial desse ano. Essa sugestão deve ser analisada por cada um, discutida com os colegas de forma a ser referendada na Assembleia Estadual e definida nos encontros setoriais e Plenária Nacional da FENASPS, nos dias 8 e 9 de maio, de forma a ser apresentada ao governo com prazo para resposta.

É preciso que todos lembrem que a partir dos ataques aos direitos dos trabalhadores e ao serviço público, expressos pela reforma da Previdência e Trabalhista, os servidores públicos encontram-se numa situação ainda pior, na medida que a aprovação da PEC 55 congelou por 20 anos o gasto público. Assim, reajustes, contratação de servidores e outros benefícios encontrarão maior dificuldade para serem conquistados.

Mas, apesar da dificuldade, sempre presente na relação com o governo, há ainda espaço para o atendimento da pauta, desde que mostremos determinação para disputar o orçamento, que será definido ao final de agosto pela Lei Orçamentária Anual.

É preciso lembrar que, ao contrario de outras categorias do serviço público federal, por decisão das Assembléias Estaduais de Greve e da Plenária Nacional da FENASPS, não acordamos reajustes até 2019. De tal forma o reajuste de 5,5% em agosto de 2016 e os 5% em janeiro de 2017 foram os últimos a serem recebidos, e se não ocorrer negociação não teremos nada em 2018.

Além disso, até este momento o Ministerio do Planejamento não liberou o pagamento da primeira parcela da média de cinco anos da gratificação de produtividade para os colegas aposentados, bem como segue pendente a reformulação da metodologia que disciplina o pagamento da insalubridade.

Nós acreditamos que somente a nossa mobilização pode arrancar do governo Temer o atendimento à nossa pauta de reivindicações. Nossa participação no dia 8 de março, dia Internacional da Mulher, e na paralisação do dia 15 de março foram importantes porque combinaram a luta geral da classe trabalhadora com demonstração de que a nossa categoria está atenta e mobilizada.

A Greve Geral convocada pelas CSP-Conlutas e outras centrais para o dia 28, é a continuidade dessa combinação e devemos aderir massivamente também como parte da Campanha Salarial 2017.

A força da nossa união será a nossa vitória.

Reunião de mobilização na greve do INSS em 2015.

Assembleia Geral SINDISPREV/RS

Quando: 24 de abril, às 18h
Onde: Auditório do Sindisprev/RS

Pautas: GREVE GERAL; Campanha Salarial 2017; Plenária Nacional da FENASPS.

Propostas-eixo da Diretoria do SINDISPREV-RS, Resistir e Construir, Triênio 2016-2019 para a Campanha Salarial 2017:

- Reposição da inflação com aumento real – é preciso definir o índice. Os federais, a partir de estudo do DIEESE, estimam as perdas entre agosto de 2010 e 2017 em 58,23%. Abatendo o reajuste médio do conjunto dos federais entre 2013 e 2017 de 20,23% e reivindicando 2% de aumento real ter-se-ia o índice de 22,23%. Lembramos que o calculo é de percentagens, e que o índice implica necessariamente numa definição política para além da matemática;
- Incorporação das gratificações ao vencimento básico;
- 30 horas semanais definidas na Carreira, para todos;
- Reestruturação do Plano de Carreira (adicional de qualificação, ampliação das faixas de classes e padrões, exigência de nível superior para ingresso na carreira, etc.);
- Aumento da participação percapita (participação do governo) no financiamento dos planos de saúde complementar (GEAP, UNIMED, etc.);
- Condições de trabalho – infraestrutura, treinamento, combate ao assédio moral, etc.
- Revisão dos valores do vale-alimentação, auxilio-creche e diárias;
- Correção da tabela do IRPF;
- Constituição de um fundo de contribuição patronal para aquisição da casa própria e liberação em casos específicos (saúde, etc.);
- Efetivo cumprimento de todos os pontos de acordo de 2015.